



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO E TRAJECTÓRIAS DOS MENINOS DE RUA

José Luís Castro

A presente comunicação resume as conclusões de uma dissertação de Mestrado que incidiu no estudo do universo dos meninos de rua.

A pesquisa levada a cabo incidiu, em primeiro lugar, na análise da forma como os diferentes contextos de socialização a que os meninos de rua estão expostos influencia as suas práticas e representações e, em segundo lugar, na discussão da homogeneidade da categoria de meninos de rua, considerando a sua necessidade de adaptação a diferentes meios sociais, desde o bairro degradado à rua, passando pelas escolas e Instituições ligadas à justiça de menores.

A análise de conteúdo das entrevistas efectuadas, permitiu sistematizar as principais dimensões que organizam as práticas e representações dos meninos de rua a partir de três categorias principais: a **adaptação**, a **exclusão** e a **delinquência**, cujo significado passo a expor, referenciando-as aos contextos de socialização de que emergem.

Contexto de socialização familiar

Os estudos feitos em Portugal sobre as crianças de rua comprovam que estas provêm, na sua esmagadora maioria, dos estratos sociais mais desfavorecidos, habitando nos bairros degradados e de barracas da periferia de Lisboa e outras grandes cidades.

O contexto de socialização familiar é indissociável das condições do meio (pobreza e exclusão social) e das características das famílias (matrifocalidade, ausência ou apagamento da figura paterna, fratria numerosa, instabilidade na composição do núcleo familiar). Ambos estes factores influenciam o sistema de interações familiares e o conteúdo da socialização familiar.

Nestas famílias, vivendo em condições de grande privação, a fraca qualidade de comunicação e a ausência de afecto tendem a influenciar as relações entre pais e filhos. O estilo educativo predominante é marcado pelo facto de os pais serem **punitivos** e **permissivos**. Os castigos físicos, muito frequentes, não são uma forma de orientar os filhos e obrigá-los a cumprir determinadas regras no convívio com os adultos, mas surgem, quase sempre, como resposta a actos que prejudicam a sobrevivência da família (dinheiro mal utilizado, destruição de objectos, etc.), ou derivam de situações de frustração inerentes às dificuldades por que a família passa. Por isso, as punições não reflectem uma tentativa de controlar os filhos, sendo os aspectos mais salientes no processo educativo o fraco apoio e a incapacidade ou desinteresse em controlar os actos dos filhos.

Nestas condições, o resultado da socialização familiar incide muito mais na transmissão às crianças de lógicas comportamentais ligadas às necessidades de adaptação ao meio do que na tentativa de orientar o destino dos filhos em função de projectos de futuro ou até de socializá-los nos papéis familiares. Ou seja, as marcas mais fortes do processo de socialização familiar são as que resultam da interiorização de valores associados a uma subcultura de adaptação à pobreza e à exclusão. Neste processo de socialização destacam-se três dimensões que influenciam as práticas e representações das crianças.

O **imediatismo** reflecte a incapacidade de perspectivar o futuro devido às fortes tensões geradas pelas necessidades imediatas e traduz-se num estilo de vida centrado no presente e em comportamentos de consumismo que obedecem a uma lógica de compensação.

A **transitoriedade** decorre da inexistência de rotinas quotidianas que organizem a vida e as interações familiares e da precaridade das condições de vida em que nada é estável e seguro, reflectindo-se no desenvolvimento de astúcias e capacidade de “*desenrasque*” para fazer face às contingências do dia-a-dia.

A terceira dimensão refere-se à **auto-suficiência**. Habitados desde muito cedo a contarem consigo mesmas, as crianças tendem a desenvolver traços individualistas e a independentizarem-se rapidamente da tutela familiar.

Em suma, a **adaptação** reflecte a necessidade de adequação das práticas e modos de pensar a um meio adverso caracterizado pela pobreza e pela exclusão. Esta categoria emerge fundamentalmente no contexto da socialização familiar, mas também está presente nas motivações que levam as crianças a abandonar o lar e nos processos de adaptação à vida na rua.

Existem outros factores como a etnicidade e o género que também condicionam a socialização familiar das crianças e são diferenciadores. A cultura de segregação sexual predominante no meio é o facto de as raparigas assumirem responsabilidades no lar desde muito cedo, facilita um maior controlo por parte das mães, ao mesmo tempo que favorece a independência dos rapazes face à família.

O peso das tradições culturais na socialização das crianças africanas reflecte-se em aspectos como o gosto (música e alimentação) e a importância conferida aos laços de consanguinidade. Mas, por outro lado, a forma como estas crianças sentem a exclusão e a discriminação inerentes à sua pertença étnica, na condição de emigrantes de segunda geração, leva-as a reagirem frequentemente contra o seu estatuto social desvalorizado desenvolvendo, ao contrário dos pais, sentimentos de revolta e práticas marginais. Este facto não é certamente alheio à presença de uma percentagem tão elevada de meninos de rua negros.

Mas nem todos os jovens de bairros degradados se tornam meninos de rua. Importa pois fazer uma breve referência aos motivos que levam um número significativo de jovens e adolescentes a abandonarem a casa dos pais para irem viver na rua. Correspondendo ao estereótipo do menino de rua vítima da desagregação familiar, a causa de fuga mais vulgarmente apontada refere-se às situações de violência interfamiliar. Na pesquisa efectuada detectei três explicações mais comuns, dadas pelas crianças, para a decisão de trocar o meio familiar pela vida na rua: as situações de abandono por parte dos pais, a já citada violência familiar e a opção do jovem determinada pelo desejo de independência e aventura, as quais frequentemente aparecem misturadas. Isto é, a transição para a rua, resulta frequentemente de uma conjugação de múltiplos factores, como o mau ambiente familiar, o conhecimento prévio da rua, o desejo de aventura, a influência de amigos, etc. Nestas circunstâncias, a decisão das crianças resulta da ponderação entre os factores negativos inerentes à vida familiar e os factores de risco e eventuais compensações inerentes à vida na rua.

Por outro lado, correspondendo à diversidade de motivos que levam os meninos de rua a abandonarem o lar, recenseei três modalidades de transição de casa para a rua: 1) **a saída com ruptura**, 2) **o abandono** e 3) **o deslize progressivo**. Se a saída com ruptura dos laços familiares e o abandono por parte dos pais, normalmente associadas a relações familiares muito degradadas, implicam uma ruptura com a família e uma permanência contínua na rua, já o deslize progressivo traduz um processo gradual de saída de casa que, em geral, se traduz na adopção de um modelo de alternância casa/rua e na consequente manutenção de ligações irregulares com a família e o bairro de origem. Deste modo, a ideia muito generalizada de uma saída de casa em ruptura com a família e subentendendo a rejeição desta, em muitos casos, não corresponde à realidade. Além disso, a socialização familiar e o meio de origem tendem a facilitar a adaptação dos jovens à vida na rua e, em certa medida, preparam-nos para sobreviverem nela.

Contexto de socialização interpares

A **delinquência** traduz a adopção de estilos de vida marginais e o recurso a práticas quotidianas delinquentes em função das necessidades de sobrevivência na rua.

O processo de adaptação à rua implica a aquisição de competências específicas e capacidades mentais, indispensáveis à sobrevivência no meio e que se realizam no interior dos grupos de pertença. As práticas lúdicas e de sobrevivência aprendidas dentro dos grupos pressupõem a interiorização de valores e lógicas comportamentais que constituem elementos de uma subcultura marginal dos meninos de rua. Neste sentido, a rua, entendida como *habitat* e lugar de referência, constitui um importante factor de socialização.

Mas nos grupos não se aprendem apenas os aspectos técnicos da vida na rua. Também se adquirem valores e capacidades que lhe estão estritamente associados. A **virilidade** é uma dimensão associada à força física mas também, e principalmente, à coragem e à habilidade indispensáveis para se ter sucesso nas práticas marginais e delinquentes. Nesse sentido, é uma competência apreciada e o instrumento fundamental de conquista de um estatuto valorizado interpares. A **moral utilitária** é uma forma de legitimação das práticas delinquentes comum aos meninos de rua. Funciona como autojustificação e como mecanismo de defesa nas relações com os representantes da cultura dominante.

A **exploração** e a **solidariedade** são dimensões inerentes às práticas grupais, isto é, decorrem do sistema de relações sociais vigente no interior dos grupos e da hierarquização informal

prevalecente. Nestes há uma tradição de apoio mútuo sedimentada, mas não deixa de haver a exploração dos mais novos e dos mais recentes na rua, visível na sua utilização nas tarefas mais arriscadas e na frequente divisão desigual dos recursos obtidos.

O papel dos grupos de pertença enquanto instância de socialização, no entanto, exige algumas precisões. Em primeiro lugar, não se trata de grupos estruturados, com definição interna de papéis, mas de grupos informais que se constituem a partir do reagrupamento de jovens que partilham um estigma (serem vistos pela sociedade como marginais ou delinquentes) e enfrentam as mesmas condições situacionais adversas. Em segundo lugar, a adesão ao grupo é ditada por razões pragmáticas. É no quadro dos grupos de pertença que as crianças e jovens recém-chegados à rua aprendem com os mais velhos ou mais experientes os esquemas variados que permitem sobreviver num meio difícil e, ao mesmo tempo, interiorizam valores e capacidades instrumentais que lhes permitem a adaptação ao novo *habitat*. Nesse sentido para os jovens, o grupo tem antes de mais um valor instrumental.

Não podemos esquecer que, embora o mundo da rua seja decisivo para moldar os valores e representações destes jovens, o processo de adaptação à vida da rua começa no próprio bairro. No meio de origem dos jovens estão presentes as condições de exclusão e desorganização, que se prolongam na rua. Neste sentido, é importante referir que há um *continuum* entre o bairro e a rua que explica o facto de muitos meninos de rua deslizarem entre os grupos de rua e os do bairro e que contribui para que as crianças do bairro alimentem regularmente o contingente de meninos de rua. Todavia, há diferenças entre as lógicas de acção dos grupos de bairro e dos grupos de meninos de rua. Nos bairros, estas surgem, antes de mais, como reacção a um quotidiano caracterizado pela desorganização e pela exclusão, ligado à pobreza e ao desemprego, gerador de sentimentos de raiva e de revolta que favorecem as acções delinquentes e a violência sem sentido. Entre os meninos de rua também se verificam acções de violência gratuita como reacção contra a exclusão, mas a actividade delinquente tem objectivos precisos. A rua refina as dimensões de imediatismo, transitoriedade e autosuficiência interiorizadas no contexto familiar e subordina a revolta perante a dominação às necessidades de sobrevivência quotidiana. Nesta medida, a possibilidade de emergência de uma subcultura marginal resulta do facto de as dimensões de raiva, frustração e violência adquirirem sentido ao serem objectivadas em função da dimensão da **sobrevivência**.

Contexto de socialização institucional

O quadro não ficaria completo sem uma curta referência aos processos de socialização que ocorrem em contexto institucional, designadamente no confronto dos meninos de rua com a escola e as Instituições Tutelares.

A **exclusão** refere-se à forma como os jovens reagem aos processos estigmatizantes de que são alvo, procurando redefinir a sua identidade social. As dimensões que a caracterizam, a raiva, a frustração e a neutralização estão presentes em todos os contextos de socialização referidos, mas adquirem particular importância no confronto destas crianças com a escola e as Instituições Tutelares. A escola pretende transmitir às crianças saberes, socializá-las na aceitação das regras e rotinas da instituição, mas também em ideais de futuro e de ascensão social em ruptura com os vigentes no meio de onde as crianças nasceram. O efeito socializador de maior impacto é porventura este último, na medida em que a escola faz-lhes entrever um futuro diferente do dos seus pais e a possibilidade de terem uma vida melhor, ao mesmo tempo que lhes nega esse futuro por via do insucesso escolar. As crianças reagem ao insucesso escolar e às dificuldades de adaptação às regras da escola desenvolvendo sentimentos de **vergonha**, por serem diferente dos colegas ou terem dificuldades de aprendizagem, e **raiva**, por serem alvo da violência simbólica e por vezes física dos professores, os quais se resolvem frequentemente pela adopção de **estratégias de abandono prematuro**. O abandono da escola por parte destas crianças surge como resposta ao sentimento de exclusão gerado pela instituição mas também, como uma reacção alternativa à percepção do fracasso escolar. Não deixa de ser significativo que muitos dos jovens que entrevistei utilizassem a expressão *fugi da escola*.

A relação ambivalente com a cultura convencional define-se no contacto com as instituições e agentes vocacionados para a intervenção social. A acção das Instituições Tutelares objectiva a “ressocialização” daqueles menores. Deste modo, a Instituição é palco de um confronto entre as recompensas, hábitos e motivações que o jovem transporta da rua e aqueles que a Instituição lhe oferece e, de algum modo, enquanto instituição total, lhe impõe.

A boa ou má adaptação à Instituição depende do balanço que o menor faz das vantagens e desvantagens que a institucionalização lhe proporciona. Mas, em qualquer dos casos, a institucionalização é sempre vivida como estigmatização e, do ponto de vista dos jovens, implica a necessidade de desenvolver **estratégias de neutralização** que visam preservar a sua identidade social, como por exemplo a inserção em grupos dentro da instituição onde se reproduzem de

forma camuflada as práticas características dos grupos de rua, ou que têm como objectivo tirar vantagens das regras vigentes. O recurso a estas estratégias demonstra a ambivalência da relação com a cultura convencional, relação caracterizada pela “deriva” entre a acção convencional e a acção transgressora.

A análise das categorias e dimensões que organizam as práticas e representações permite-nos ainda concluir que **existe uma subcultura marginal dos meninos de rua**. As características comuns presentes nas suas práticas quotidianas, lúdicas e ligadas à sobrevivência, sublinhadas ao longo do capítulo anterior, são elementos constitutivos de uma subcultura marginal específica.

Esta subcultura organiza-se e desenvolve-se a partir de três pólos fundamentais:

- 1) uma cultura de adaptação à desorganização e exclusão social existentes no meio de que os jovens são oriundos;
- 2) a aquisição e desenvolvimento de competências instrumentais ligadas à sobrevivência na rua;
- 3) uma relação ambivalente com a cultura convencional, traduzida no desempenho de diversos papéis consoante as situações com que os jovens se defrontam ao longo da sua trajectória (escola, relações com o sistema judicial, institucionalização, relações com outros adultos significantes na rua).

Os três pólos de desenvolvimento em que assenta a subcultura marginal dos meninos de rua reflectem a justaposição dos diversos processos de socialização e de aquisição de competências sociais a que os jovens estão expostos em diferentes contextos situacionais. Se a matriz desta subcultura se encontra nas condições estruturais do meio de origem, o seu cimento reside nas práticas de adaptação ao mundo da rua, as quais têm um efeito homogeneizador que leva os jovens a identificarem-se como meninos de rua.

Mas, por outro lado, não podemos esquecer que as influências decorrentes da socialização familiar e do contacto com adultos significantes, podem ter efeitos diferenciadores na construção da identidade social dos jovens. **Isto leva-nos a uma segunda conclusão, a de que a categoria de menino de rua encobre uma realidade heterogénea, reflectida em trajectórias de vida diferenciadas.** Este facto não é contraditório com a existência de uma subcultura marginal.

Os meninos de rua não são agentes passivos e, principalmente a partir do momento em que decidem sair de casa, o seu papel activo e reactivo nos processos socializadores torna-se patente, assumindo uma atitude criadora no relacionamento com o meio que os circunda. As mudanças drásticas de situação com que se confrontam, implicam o desempenho de diferentes papéis, por vezes contraditórios, favorecendo uma eventual redefinição da sua identidade.

A forma como os jovens reorganizam os dados da sua experiência social, interiorizando ou rejeitando as diferentes influências socializadoras, reordenando-as à luz dessa experiência e integrando-as no seu sistema psico-social, é função não só da sua personalidade mas principalmente das necessidades de adaptação a diferentes situações, ao longo da trajectória individual que percorrem.

Dois exemplos retirados da população observada comprovam esta afirmação. No caso A, a saída de casa é motivada pela violência do pai. Verifica-se uma ruptura com a família e a permanência contínua na rua, embora recorra ocasionalmente ao apoio de familiares. A adaptação à rua é má. O jovem tem dificuldades de relacionamento, não conhece outros meninos de rua e, por isso, opta por não se inserir em nenhum grupo, sobrevivendo a custo. Deste modo, a institucionalização, motivada pela intervenção dos tios, é bem vinda. A adapta-se bem à Instituição e redefine a sua identidade perdendo os hábitos e motivações aprendidos na rua.

O caso B é muito diferente. A saída de casa é motivada pelo desejo de independência e aventura e facilitada pelo contacto prévio com meninos de rua. Não há ruptura com a família mas desliza progressivo e o jovem adopta uma modalidade de alternância casa/rua. A adaptação à rua é bem sucedida e B integra-se sem problemas em vários grupos onde adquire as competências necessárias à sua sobrevivência. Quando é enviado pelo Juiz de Menores para uma Instituição não se consegue adaptar e protagoniza sucessivas fugas. Finalmente sobrevém o cansaço da rua. Mas os hábitos e a cultura adquiridos estão arraigados e, aos 18 anos, a transição para a idade adulta é vivida com angústia e a saída definitiva da rua vem sendo diferida.

Estes dois percursos balizam vários tipos de trajectórias possíveis resultando da combinação de factores inerentes aos processos de socialização, às modalidades de transição e formas de adaptação a diferentes contextos interactivos.

A pesquisa desenvolvida permite-me concluir que, tendencialmente, os jovens negros estão mais ligados à família e são mais sensíveis à exclusão social, optando preferencialmente por uma saída da casa paterna gradual e pela modalidade da alternância casa/rua, ao contrário da situação, mais comum entre os jovens brancos, de ruptura com a família. Independentemente dos efeitos da etnicidade, o insucesso na adaptação à vida na rua, eventualmente ligado a uma saída de casa ditada pelo abandono ou pela violência parental, pode facilitar uma inserção mais conseguida na Instituição Tutelar. Pelo contrário, uma inserção bem sucedida na rua e a adopção da alternância casa/rua, ou um longo tempo de permanência na rua, podem resultar numa maior dificuldade de inserção na Instituição ou motivar as estratégias de deferimento na transição para a vida adulta.

As diferentes opções que os jovens assumem nos momentos de transição, nomeadamente de casa para a rua e na entrada na idade adulta, são um exemplo dos processos de redefinição da identidade e comprovam a heterogeneidade da categoria *menino da rua*.

Referências Bibliográficas

- BORRELI, M. (1995), Crianças da rua: Portugal, in *Infância e Juventude* nº 1/95, sLisboa, DGSTM/MJ.
- BOURDIEU, P. (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.
- LUCHINI, R. (1993), *Enfant de rue: identité, survie, drogue*, Genève, Éd. Droz.
- MATZA, D. (1990), *Delinquency and Drift*, Londres, Transaction Publishers.
- PAIS, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- SEBASTIÃO, J. (1995), *Modos de vida marginais: o caso das crianças de rua em Lisboa*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE (ed. policopiada).